

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.645 - SP (2018/0337232-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **MAXITEC MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA**  
**ADVOGADOS** : **EDNA FLÁVIA CUNHA - SP151040**  
                  **LAIS DE CASTRO FRANCO - SP372988**  
**AGRAVADO** : **M F F RUETTE**  
**ADVOGADO** : **ARTHUR FERREIRA GUIMARÃES - SP184028**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

- i)* não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados;
- ii)* incidência do óbice constante na Súmula 7/STJ; e
- iii)* ausência de similitude fática entre acórdãos confrontados para fins de demonstração de divergência jurisprudencial.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do seguinte óbice: incidência do óbice constante na Súmula 7/STJ.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 5% (cinco por cento).

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou

improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

Relatora

